

Terça-Feira, 23 de Junho de 2026

"A Polícia prende e a Justiça solta". Será?

RENATO DE PAIVA PEREIRA

Renato de Paiva Pereira

O ditado popular "a voz do povo é a voz de Deus" passa a ideia de que a opinião coletiva, ou o senso comum do povo, representa uma sabedoria superior — quase divina. Ele sugere que, quando muitas pessoas compartilham uma mesma percepção, desejo ou julgamento, isso deve ser levado a sério, pois pode representar uma verdade inegável.

Não recomendo comprar pelo valor de face, ou seja, admitir como totalmente verdadeira, essa ingênua boa vontade com a "sabedoria popular".

Há muitos casos em que essa dita sapiência não tem nenhuma lógica; algumas em que duas frases conflitantes aparecem juntas, e outras que encerram uma tolice evidente.

Alguns exemplos: quando dizem que "quem espera sempre alcança" e que "Deus ajuda a quem cedo madruga" louvam ao mesmo tempo, a paciência de um e a ansiedade do outro. Da mesma forma, "quem não arrisca não petisca" destoa de "cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém". No caso da tolice evidente, temos "uns gostam dos olhos, outros da remela". Você conhece alguém que goste de remela?

Enfim, chegamos ao ponto central deste artigo. A frase "a polícia prende e a justiça solta" é muito repetida no Brasil. Perguntei a algumas pessoas que acreditam nela, o motivo que levaria a justiça a soltar alguém que foi preso.

A resposta mais repetida foi "os juízes recebem dinheiro para soltar os criminosos". Em segundo lugar apareceu "intimidação dos magistrados feita pelos marginais."

A diversos interlocutores indaguei se sabiam o que era audiência de custódia. Não sabiam, o que não é nenhum demérito, posto que a palavra custódia é usada em poucos e restritos ambientes.

Na resposta que aponta a venalidade dos juízes, de cara, aparece a fragilidade que sustenta a percepção: a maioria absoluta das audiências de custódia atende casos de bandidinhos mequetrefes que não têm dinheiro suficiente para tentar seduzir os julgadores.

Na segunda – intimidação - os indagados mostram desconhecer a dificuldade de ter acesso ao magistrado que presidirá a sessão – o que está de plantão - para ameaçá-lo.

A essa altura do artigo, é bom explicar que não tenho formação em direito e que no máximo sei que a lei brasileira prevê a qualquer pessoa presa em flagrante, o direito de ser ouvida por um juiz, na presença de um promotor de justiça e de um defensor, ocasião em que será decidido seu futuro.

Por que um juiz optaria pela soltura do suposto criminoso que está sendo julgado se ele, como cidadão comum, após despir a toga, estará sujeito aos mesmos perigos que corremos todos com a proliferação de criminosos soltos na rua?

Parece-me, pois, que confiar na sabedoria popular, afirmando que “A Polícia Prende e a Justiça Solta” desmerece o judiciário.

A história mostra que atacar as instituições tem sido a ferramenta preferida dos ditadores para minar as democracias.

Há pouco tempo houve um ataque planejado para desacreditar o Processo Eleitoral brasileiro, o Supremo, as Universidades e a Imprensa, tentando desestabilizar o País. Alguns foram presos; outros já estão com as celas reservadas, aguardando o dia do check-in.

Renato de Paiva Pereira é *empresário e escritor*.